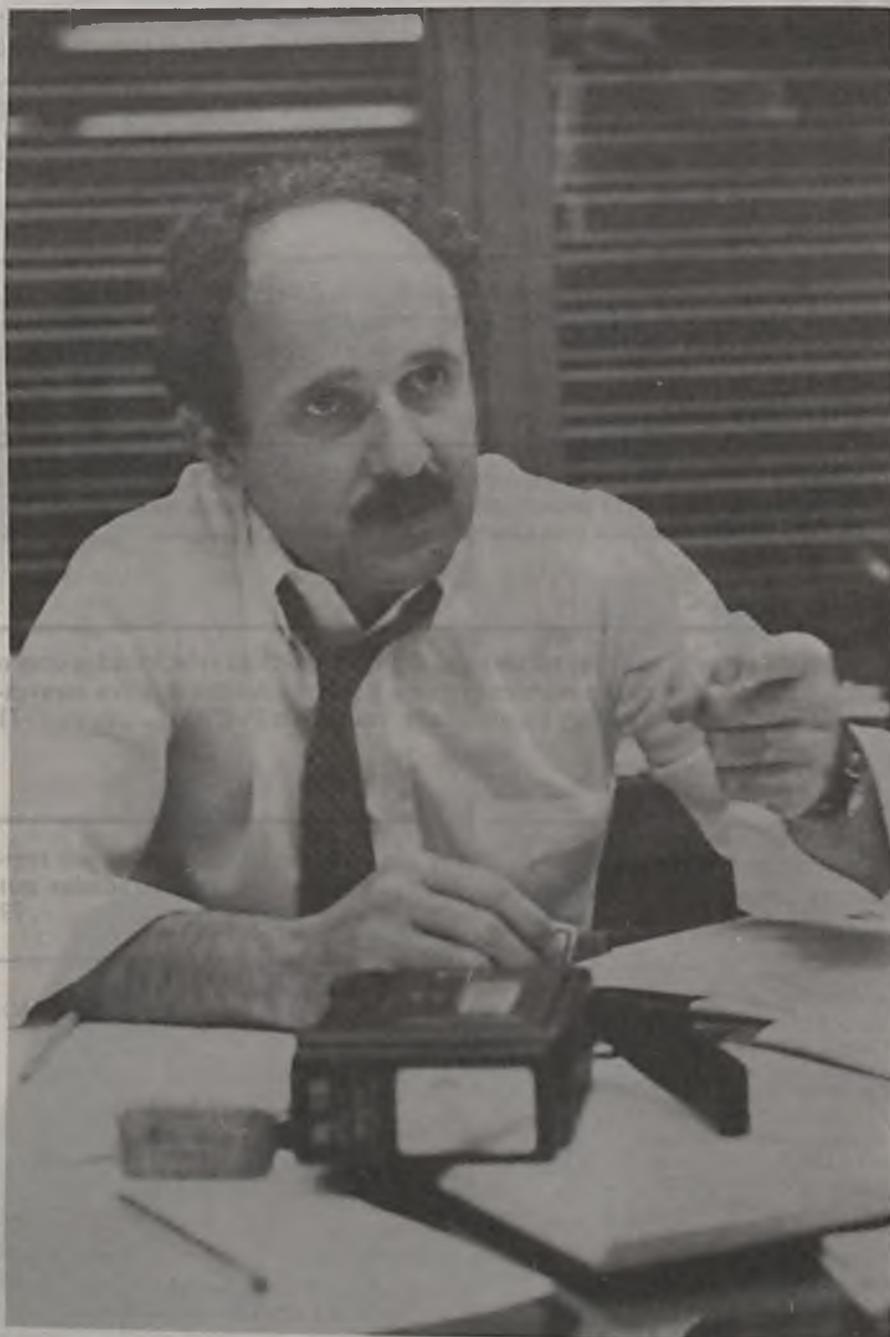


REITOR DA UnB MOSTRA O CAMINHO

A Reforma só é viável quando une os técnicos e os políticos



Buarque: Precisamos mudar a Universidade para ela ajudar a mudar o País

○ professor universitário, como o técnico, isoladamente, não é capaz de dar uma contribuição importante para a reforma da administração de um país. Mas, juntos, interligados vários departamentos e havendo uma interação destes com a sociedade, essa contribuição é viável.

Esta é a concepção do reitor Cristóvam Buarque, da Universidade de Brasília, onde se desenrola, no momento, um trabalho geral de mudanças, inclusive da própria Reitoria. Na entrevista que se segue, o reitor da UnB mostra, por exemplo, que o Plano Cruzado saiu da universidade brasileira como instituição, mas somente se viabilizou no casamento dos técnicos com os políticos. “Só vontade política não resolve, como não funciona o planejamento sem o respaldo da política”, afirma o Reitor.

Buarque anunciou também que está tentando formar, na UnB, um núcleo de estudos de administração pública e oferece sua Universidade para se converter na Escola Nacional de Administração Pública, que o Governo pretende criar: “Aqui já está tudo pronto. Por que criar uma nova estrutura?”.

ENTREVISTA

Repórter — Qual a contribuição que a UnB está dando à Reforma Administrativa do Governo Federal, e a universidade brasileira, como instituição, como participa desse movimento de reestruturação geral?

Reitor — O primeiro exemplo é o Plano Cruzado. Essa grande revolução não saiu daqui, mas da universidade brasileira. O Plano Cruzado foi concebido, pensado, debatido, formulado na universidade brasileira e depois o governo foi lá, pegou as pessoas que fizeram isso e levou os mesmos rapazes para executar o Plano. Então a universidade dá uma contribuição. Do mesmo jeito que a universidade brasileira tinha o Plano Cruzado, a universidade hoje tem estudos contra a fome, tem estudos de como resolver o problema da dívida externa, tem estudos para resolver o problema energético: a universidade é hoje um depósito de propostas para a sociedade brasileira. O que o Governo tem é que dar mais atenção e ir lá buscar isso.

Repórter — Quanto à Reforma Administrativa propriamente, o senhor tem aqui um departamento de Administração muito ativo. O que é que se faz especificamente em matéria de administração pública quanto a reformas?

Reitor — Lamentavelmente, confesso que, no que se refere à Administração Pública, a instituição UnB tem dado contribuições pequenas, embora alguns professores já tenham oferecido contribuições maiores. Agora, a minha proposta é de que temos que mudar a UnB para poder a UnB servir melhor às mudanças lá fora. Venho tentando implantar, desde o começo, aqui na universidade, um núcleo de política governamental. Não adianta pensar a Administração Pública a partir de um Departamento de Administração. O problema da Administração Pública passa pelo Departamento de Administração, Departamento de Economia, Departamento de Relações Internacionais, Ciências Políticas, Direito ... A ideia de Reforma Administrativa, na proposta que se tem, é que não é feita por um departamento é feita pelo núcleo temático. Daí queremos criar um núcleo que se chama Núcleo de Política Governamental.

Repórter — Para quando é esse projeto?



A UnB cria um núcleo de estudos de Administração Pública, com a presença de especialistas de diversos departamentos. O Reitor entende que reformas e visões abrangentes do setor público somente são possíveis através da colaboração do conjunto de estudiosos das várias faces que o problema apresenta quando se trata de tentar encontrar soluções globais.

Reitor — Esse projeto está em andamento. Está pronto a convocação dos que vão fazer parte. Agora, as coisas na universidade são lentas, e esse é o problema. Hoje, esta universidade tem todo o instrumental de mudanças, falta mudar. Agora, mudar, reitor nenhum muda.

Repórter — Por que isso? É um mal de repartição pública?

Reitor — Não é bem repartição pública. Esse é um mal do Brasil, que esteve muito mobilizado contra e ainda não percebeu como mobilizar-se a favor. Então (entrou na inércia?) esse é o mal do setor público. Isso é mais específico das universidades, estão muito acostumados a trabalhar em termos teóricos e, quando chega um problema concreto, empaca.

O núcleo que estamos formulando começa com um pouco de dificuldade. A ideia nossa é termos um núcleo de estudos da universidade, um núcleo de estudos dos proble-

mas energéticos, um núcleo de estudos dos problemas do solo do DF, um núcleo de estudos da cultura e dos meios de comunicação e um núcleo de estudos de políticas governamentais. Essa é a nossa proposta, mas temos, primeiro, que mudar a UnB para depois a UnB ajudar a mudar o Brasil. Na maneira como estamos estruturados ainda vamos dar contribuições muito pequenas.

Repórter — A Universidade participa com alguns recursos humanos, ou qualquer coisa assim, dessas câmaras que trabalham na Reforma Administrativa?

Reitor — Não.

Repórter — O Senhor já foi convidado a participar de algum debate, algum fórum?

Reitor — Já. Estive com o ministro Aluizio Alves diversas vezes. Tentei inclusive mostrar que a ideia da Escola Nacional de Administração seria muito melhor executada se, em vez de criar uma nova instituição, a UnB fosse usada e pudesse se estruturar conforme o Governo deseja. O ideal não é pegar dinheiro para jogar aqui dentro e não dar respostas. A proposta era que, em vez de uma escola, a UnB pudesse usar sua vocação que é a de estudar o Governo e se estruturasse para satisfazer essa vocação através de um núcleo de política governamental. Então, usaria todos os professores de Economia, todos os professores de Direito, de Ciência Política, todos de Relações Internacionais, todos de Administração, sem que nenhum saísse do seu departamento; não se criaria nada, nenhum elefante branco, não precisaria criar nada. Apenas institucionalizar uma relação que seria através do Núcleo de Estudo de Política Governamental.

Repórter — Uma espécie de Sorbone da Administração Pública?

Reitor — Mas não a Sorbone estruturada como Sorbone, seria uma UnB com seus departamentos, mas as pessoas pensando política de verdade.

Repórter — Uma mobilização do que já existe com o objetivo de modernizar a Administração Pública?

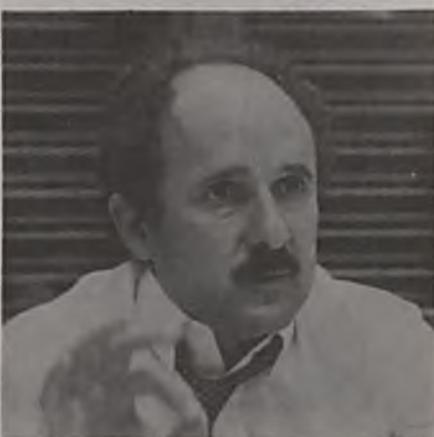
Reitor — É. Procurando responder perguntas, porque, em geral, a universidade não responde às perguntas. Não estamos organizados para responder. Nenhuma pergunta é respondida por um departamento

ENTREVISTA

sozinho. Tem-se que unir departamentos. Se se for a uma escola nacional de administração, vai encontrar sociólogo, economista, administrador. Onde é que se vai buscar tudo isso? Ou tira da UnB, e aí gera um vazio, ou se tenta trazer de fora e não consegue trazer com facilidade.

Repórter — O professor Caiden pronunciou na Funcep uma riquíssima conferência sobre reformas administrativas em vários países do mundo: da União Soviética até o Ceilão. E uma das conclusões a que ele chega é que essas reformas ficam no papel, não se viabilizam, primeiro, porque os governos não subsidiavam com recursos as iniciativas nesse sentido; segundo, porque não há uma preparação de mão-de-obra para reformular as estruturas da administração pública. Qual é a saída que o senhor vê para isso, essa falta de engajamento do professor universitário, dos técnicos na filosofia da modernização, que é permanente?

Reitor — A proposta aqui é essa: a criação de um núcleo. O professor não se envolve porque o professor está trabalhando dentro de uma caixa que o impede de ver a realidade, essa caixa chama-se departamento. Enquanto o professor estiver fechado dentro de um departamento, ele não vai ver o problema global. Um funcionário da administração, um professor de administração dentro do departamento de administração não é capaz de captar a dimensão global da reforma administrativa, por que ela passa por muitos problemas jurídicos, passa por muitos problemas econômicos, passa por problemas antropológicos. Então, o professor está deformado pela categorização científica. Esse é o problema. O departamento é categoria científica, o professor está deformado por esta categoria científica e vive ali dentro. Enquanto ele estiver ali dentro, fechado, sem os outros profissionais ao redor, ele não vai resolver de uma maneira concreta o problema. Eu vou dar um exemplo melhor do que é a administração pública: a energia. O físico, que é só físico, não vai pensar o problema da energia. Ele pode pensar o problema dos núcleos, do urânio, dos reatores, mas não vai entender a energia. Um economista não vai entender o



“O Brasil esteve muito mobilizado contra e ainda não percebeu como pode mobilizar-se a favor. As universidades estão muito acostumadas a trabalhar em termos teóricos e empacam quando chegam a um problema concreto. As coisas nas instituições universitárias andam muito lentamente. E isto torna difícil para um reitor realizar mudanças e reformas.”

problema da energia, ele pode até entender o problema das matrizes energéticas, não vai resolver o problema da energia. Um agrônomo pode entender de cana-de-açúcar, mas não vai resolver o problema da energia — pode até saber como fazer cana e fazer álcool, mas não vai resolver o problema da energia. O problema da energia é multidisciplinar, não pode ser focado dentro de um departamento, dentro de nenhum departamento; tem que ser visto de uma maneira temática, multidisciplinar. A fome não é um problema do departamento de nutrição, de jeito nenhum, não é só de nutricionista mas é também de médicos, é também de químico, é também de estudiosos da cultura. A dieta está arraigada na cultura. Há problemas de Direito que passam pela reforma agrária. Tem que ter um núcleo de estudos dos problemas da alimentação. A habitação é um problema de

arquiteto, ou é de engenheiro civil, ou é do economista, ou é do sociólogo? É de todos, então tem que ter o núcleo de habitação.

Repórter — Quer dizer que o senhor acha, por exemplo, que uma reforma administrativa global como a que está se tentando fazer, é mais um problema dos políticos e menos dos técnicos ou as duas coisas unidas?

Reitor — É de todos. Agora, a decisão é realmente política. Como todo problema brasileiro, passa hoje por uma decisão política. Mas não fica só em decisão política. Um exemplo disso é o Plano Cruzado. Foi um problema político ou técnico? A vontade foi política. Já estava costurado há quatro anos, a universidade tinha estudo sobre isso, mas saiu de uma decisão política. A política foi fundamental. Agora, vontade política só não faria. Foi preciso uma série de análises, de estudos, com as mais sofisticadas técnicas. O político e o técnico, juntos, estão fazendo que dê certo. Há outros aspectos que não são políticos, como psicologia social, comunicação, tudo isso. Se falhasse na vontade política, no apoio político, não adiantava o técnico. Se falhar na arquitetura técnica, não se tem força política que mantenha. Tem até uma variável com a psicologia social: se não der certo a comunicação, fracassa tudo. Então tem que ser visto na sua complexidade, embora a partida seja política. A técnica esteve por aí, faltava vontade política.

Repórter — Um estudo das diversas tentativas de reformas administrativas feitas no Brasil mostra que duas únicas foram executadas — a de 39 e a de 67, e ambas sob poder autoritário. Nós temos hoje seis câmaras discutindo a Reforma Administrativa e mais uma comissão intercameral; fizemos três grandes debates. O Congresso também debate, vem a Constituinte. O senhor vê risco de essas idéias se perderem nesse ciclo de debates?

Reitor — Mas vejo o risco também de a Constituinte se perder por falta desse tipo de debate. O erro é se se fizessem essas reuniões sem pensar que vai haver uma Constituinte e se apresentava uma coisa amarrada: “Esta é a reforma administrativa”. Aí vem a Constituinte e

ENTREVISTA

diz: "Não, isto aqui fere tais e tais interesses", e bota fora. Aí não adiantou nada. Agora, vamos ao contrário: se se reúne a Constituinte sem nenhum estudo, nenhuma análise de Reforma Administrativa, de repente a Constituinte vai propor coisas que depois ninguém vai saber como executar. Agora, se se sugerem alternativas administrativas, diversos estudos, diversas propostas, a Constituinte se reúne, analisa uma, analisa outra, analisa as propostas das comissões e para cada uma vai ver como executar porque cada uma tem diferentes formas de mudanças administrativas. Então vai surgir uma, naturalmente. Acho fundamental a proposta de estudos. Agora, estudos com a consciência de que se está transformando a Constituição e não que se vai impor nada autoritário.

Repórter — *Por exemplo, um dos pontos mais polêmicos que vai entrar em debate daqui até a Constituinte e na própria Constituinte é o direito de greve para os servidores públicos. Como é que o senhor vê isso? É a favor, é contra?*

Reitor — No caso do funcionário público, tem-se que ter o seguinte: por que é que se deve fazer a greve, por que é que se pode ser contra a greve de algumas categorias. Defendo a greve porque é luta pela liberdade, o trabalhador tem que ter direito a decidir de parar de vender a sua mão-de-obra na hora que for preciso, de forma conjunta, para pressionar o direito da distribuição do bolo da renda nacional. Agora, é preciso tomar certas medidas para evitar que greves sejam usadas para acabar com a liberdade e existem certos setores onde as greves sem dúvida nenhuma são antissociais e são ameaças, a médio prazo, à liberdade, porque incentivam o fascismo.

Repórter — *Por exemplo?*

Reitor — Tomemos um exemplo — o dos coveiros. Pode-se admitir greve das pessoas que cuidam dos cemitérios? É grave você permitir que haja uma greve nacional de coveiros. Agora, com operários da indústria automobilística, não vejo nenhum problema. São os dois extremos — operários de indústria e funcionários de cemitérios. Tem-se uma escala que vai do mais simples ao mais complexo, por onde passam



“Temos primeiro que mudar a UnB para depois a UnB ajudar a mudar o Brasil. Da maneira como estamos trabalhando, ainda vamos dar contribuições muito pequenas. É preciso deixar essa instituição usar sua vocação, que é a de estudar o Governo. Basta apenas oferecer condições e recursos e permitir que ela se estruture com esse objetivo de servir ao País.”

agricultores, professores universitários. Estes podem entrar em greve por seis meses e ninguém nota. Agora, do mais necessário para o menos necessário: eletricitários é complicado entrar em greve... Então, não se pode permitir greve, mas pode-se discutir quais são os sistemas que não devem parar. Não pode parar a produção porque, se parar, vai resultar contra a própria greve — a greve vai contra ela própria. Se se parar todo o sistema de geração de eletricidade do País, vai contra a própria greve. Então você pode ter greve, mas a greve mantém certos sistemas funcionando. Correios, dá para suportar. Bancos, dá para suportar. Há setores que, de fato, são de extrema prioridade social. E quem vai definir os setores prioritários? Não pode ser um Governo autoritário, nem mesmo o Governo democrático. Tem que ser a sociedade em peso. A Constituinte certa-

mente vai definir alguns setores que, se entrarem em greve, o sistema pode ou não funcionar. Pode se fazer greve, mas o Governo tem obrigação de cuidar para que o serviço não pare. O Exército faria o trabalho? Aí também pode ser. Você deixa quem quiser fazer greve, mas o Estado tem a obrigação de suprir. Se os coveiros entrarem em greve, o Estado substitui os coveiros. O problema não é simples, mas quem pode decidir não será um regime autoritário. Tem de haver uma discussão pela sociedade. Se se fizer um plebiscito na sociedade, todo mundo vota sim ou não. Coveiro tem direito a greve ou não?

Repórter — *A sociedade é, em geral, a favor...*

Reitor — Mas o povo sabe votar. Aí eu sou radical. Coloque um plebiscito, o povo votando: coveiro tem direito a greve ou não? Duvido que vença o direito à greve... Só um detalhe: o que pode haver, com mais sofisticação, é dizer: a pergunta não é sim ou não — a pergunta é sim ou não e em que condições? Aí pode ser. Entra o Exército, cumpre a obrigação? A polícia estadual cumpre a obrigação ou a família de cada morto tem o direito de entrar no hospital e enterrar os seus falecidos? Então a resposta não é sim ou não — a resposta é mais complexa.

Repórter — *A UnB passa por alguma reforma no momento, tem alguma comissão, algum grupo trabalhando nisso?*

Reitor — Todo mundo aqui está em comissão mudando... Temos inclusive comissões funcionando para mudar a administração aqui da Reitoria e eu assinei dezenas de atos mudando a concepção de administração. Estamos mudando, sim.

Repórter — *Eliminando burocracias?*

Reitor — Eliminando burocracias que são o grande entrave aqui e lá fora, no País.

Reitor — Eliminando burocracias que são o grande entrave aqui e lá fora, no País. E, a meu ver, este é um dos papéis fundamentais da Reforma Administrativa a nível de Governo e de todos os organismos como as universidades, que precisam tornar o processo mais simples, para se fazerem mais ágeis. O Brasil da Nova República ganha outra postura nessa direção.